

# EXPRESSIVISMO, DESCRITIVISMO E O PARADOXO DE MOORE

*Juliano do Carmo*

Universidade Federal de Pelotas

*Eduardo Ferreira das Neves Filho*

Universidade Federal de Pelotas

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é mostrar que, em relação ao uso de termos psicológicos, Wittgenstein assume uma forma muito particular de expressivismo. Alguns autores procuram mostrar que Wittgenstein é um expressivista no sentido tradicional, outros procuram defender que o filósofo não é um expressivista em nenhum sentido. Para Do Carmo, ambos os modos de conceber a posição wittgensteiniana estão profundamente equivocados e, neste trabalho, ele tenta defender não apenas que Wittgenstein assume certos pressupostos do expressivismo, mas, também que sua posição é potencialmente capaz de superar algumas dificuldades, como a falácia descritivista, por exemplo. Sua estratégia será considerar, em primeiro lugar, o modo como o filósofo procura mostrar a absurdidade das sentenças Moore-paradoxais tomando como pano de fundo o trabalho de Eduardo Ferreira das Neves Filho e, em um segundo momento, mostrar que o tratamento wittgensteiniano dos termos psicológicos consiste justamente na dissolução da dicotomia “descrição-expressão”. Na terceira seção deste artigo, Neves Filho procura responder a algumas das análises e críticas realizadas por Do Carmo nas duas seções anteriores, destacando algumas implicações da assunção de um forte expressivismo para uma solução ao Paradoxo de Moore.

**Palavras-chave:** expressivismo, descritivismo, Paradoxo de Moore.

**Abstract:** The objective of this work is to show that, in relation to the use of psychological terms, Wittgenstein takes a very particular form of expressivism. Some authors try to show that Wittgenstein is an expressivist in the traditional sense; others seek to argue that the philosopher is not an expressivist in any sense. For Do Carmo, both ways of understanding Wittgenstein's position is deeply misguided and , in this paper , he tries to defend not only takes on certain assumptions that are Wittgenstein 's expressivism, but also that his position is potentially able to overcome some difficulties, as the descriptivist fallacy, for example. His

strategy will be to consider, first, how the philosopher seeks to show the absurdity of Moore - paradoxical sentences using as a backdrop the work of Eduardo Ferreira das Neves Filho, and a second stage, to show that the treatment of Wittgensteinian psychological terms precisely consists in dissolving the dichotomy "description - expression." In the third section of this article, Neves Filho seeks to answer some analyzes and criticisms made by Do Carmo in the previous two sections, highlighting some implications of the assumption of a strong expressivism for a solution to Moore 's paradox .

**Keywords:** expressivism, descriptivism, Moore's Paradox.

## O Paradoxo de Moore

O que se convencionou chamar de “Paradoxo de Moore” (ou o “Problema de Moore”) é uma espécie de desafio teórico que consiste em mostrar o caráter paradoxal ou absurdo de sentenças do tipo:

(M) “Fui ao cinema na última terça-feira, mas não creio que o fiz”.

(M') “Fui ao cinema na última terça-feira, mas creio que não o fiz”.

Sentenças deste tipo parecem ter, respectivamente, as seguintes formas lógicas:

(1) “ $p$ , mas creio que  $\neg p$ ”.

(2) “ $p$ , mas não creio que  $p$ ”.

Ou ainda,

(1') “ $p \wedge C\neg p$ ”

(2') “ $p \wedge \neg Cp$ ”

Desde um ponto de vista semântico, as sentenças (M) e (M') são às vezes caracterizadas como conjunções<sup>1</sup>, onde um dos lados da conjunção é em geral uma sentença no presente do indicativo (“está chovendo”) e o outro lado é em geral uma auto-atribuição de crença (“não creio que está chovendo”). “Auto-atribuições de crenças” são atribuições singulares em primeira pessoa que exibem um “eu” como sujeito gramatical. Há uma intensa disputa entre os comentaristas a respeito de haver ou não uma

---

<sup>1</sup> Este também parece ser o modelo adotado em NEVES FILHO, E. *O Paradoxo de Moore: Uma Análise de Diferentes Soluções*. Pelotas: EDUFPEL, 2012.

relação de equivalência entre as sentenças (M) e (M')<sup>2</sup>, todavia, este aspecto da discussão não parece inviabilizar a caracterização geral de sentenças Moore-paradoxais enquanto a conjunção de uma sentença informativa com uma auto-atribuição de crença.

Segundo Neves Filho, o que torna o desafio particularmente interessante é o fato de que a absurdidade das sentenças Moore-Paradoxais (doravante apenas “sentenças-MP”) está restrita às asserções realizadas em primeira pessoa do singular no presente do indicativo<sup>3</sup>. Um modo aparentemente recorrente de tentar mostrar a absurdidade das sentenças-MP é procurar mostrar que elas são logicamente contraditórias<sup>4</sup>. Mas para isso é necessário mostrar que ambos os lados da conjunção possuem o mesmo conteúdo, pois assim a conjunção resultaria indiscutivelmente em uma contradição ( $p \wedge \neg p$ ). Desde que formalmente, ambos os lados da conjunção não poderiam ser simultaneamente verdadeiros, então seria fácil mostrar o que há de errado em sentenças-MP. Não parece nada fácil, contudo, mostrar que ambos os lados da conjunção possuem o mesmo conteúdo<sup>5</sup>.

Outra maneira de mostrar que sentenças-MP não são logicamente contraditórias, também salientada por Neves Filho, é pensar que um dos lados da conjunção (“p”) diz algo sobre o mundo, enquanto o outro lado (“ $\neg Cp$ ”) diz algo sobre meus próprios estados mentais. Se isso estiver correto, então sentenças-MP jamais poderiam ser formalmente contraditórias, pois (i) “ser verdadeiro” é diferente de “crer ser verdadeiro”<sup>6</sup> e (ii) o produto lógico de sentenças-MP seria no máximo contingentemente falso (ou seja, contra a tese descritivista da “transparência funcional”<sup>7</sup>, as sentenças-MP não são falsas exclusivamente em virtude da forma do enunciado). Se sentenças-MP fossem logicamente contraditórias, elas seriam necessariamente falsas e, portanto, elas não seriam absurdas (elas seriam, antes, meras contradições).

---

<sup>2</sup> Ver: RÖSKA-HARDY, L. *Moore's Paradox and The Expression of Belief*. Paderborn: Mentis, 2001.

<sup>3</sup> Basta perceber que ambas as formulações poderiam ser verdadeiras quando expressas em terceira pessoa (como em “Está chovendo, mas Juliano não crê nisso”, por exemplo). Ver: NEVES FILHO, E. *O Paradoxo de Moore: Uma Análise de Diferentes Soluções*. Pelotas: EDUFPEL, 2012. p. 22.

<sup>4</sup> NEVES FILHO, E. *Soluções Wittgensteinianas do Paradoxo de Moore*. In: *Wittgenstein em Retrospectiva*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

<sup>5</sup> Desde que para isso seria necessário mostrar que “p” possui o mesmo conteúdo que “Eu creio que p”, o que não parece ser o caso em múltiplos sentidos.

<sup>6</sup> NEVES FILHO, E. *Soluções Wittgensteinianas do Paradoxo de Moore*. In: *Wittgenstein em Retrospectiva*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012, p. 124.

<sup>7</sup> KALLESTRUP, J. *Paradoxes about Belief*. Australasian Journal of Philosophy, 2003. Vol. 81, No. 1.

Mas se sentenças-MP não são logicamente contraditórias, então o que nos leva a querer rejeitá-las enquanto sentenças genuinamente significativas?

De acordo com a exposição de Neves Filho, uma das estratégias wittgensteinianas para mostrar a absurdidade de sentenças-MP é considerá-las como “contradições disfarçadas”<sup>8</sup>, pois elas parecem funcionar de modo muito semelhante ao modo como funcionam as contradições. Isto é, sentenças-MP são descartadas pelo senso comum do mesmo modo que as contradições são descartadas em nossos jogos de linguagem. A ideia, em outros termos, é a de que existem usos ocasionais de sentenças-MP<sup>9</sup> que são perfeitamente significativos e o fato de que nossa desaprovação de sentenças-MP não dependa da análise puramente formal é uma indicação de que estávamos na direção errada. Ocorre, no entanto, que uma análise puramente semântica também não parece dar conta da absurdidade das sentenças-MP. A sugestão wittgensteiniana é a de que devemos voltar nosso olhar para o uso de certos verbos psicológicos e o modo como estes se comportam em descrições e em expressões de estados mentais.

Um famoso exemplo de Wittgenstein<sup>10</sup> a respeito dos usos ocasionais (significativos) de sentenças-MP, sobre o qual nos chama a atenção Neves Filho, é o caso em que o uso de tais sentenças pode revelar certa hesitação ou reserva por parte do falante a respeito daquilo que é asserido. Considere, por exemplo, o caso em que eu digo “Está chovendo”, mas que não estou

<sup>8</sup> O que dá origem a este modo de conceber a absurdidade das sentenças-MP é, como bem salienta Neves Filho, o trecho de uma carta de Wittgenstein endereçada a Moore - que é parcialmente reproduzida por Joachim Schulte (em SCHULTE, J. *Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. New York: Oxford University Press, 1995). Nesta carta (também citada por Neves Filho em NEVES FILHO, E. *O Paradoxo de Moore: Uma Análise de Diferentes Soluções*. Pelotas: Editora EDUFPEL, 2012. p. 20) existem diversas indicações a respeito do modo como Wittgenstein supostamente compreende o Paradoxo de Moore, tais como: (1) Sentenças-MP são semelhantes às contradições da lógica proposicional; (2) Sentenças-MP são carentes de sentido; (3) Sentenças-MP devem ser excluídas pelo uso no senso comum; (4) Sentenças-MP mostram que a lógica da asserção é mais abrangente e complexa do que pensam os lógicos; (5) Sentenças-MP possuem um uso ocasional, do mesmo modo que certas contradições.

<sup>9</sup> Refiro-me aqui ao uso ocasional que uma contradição pode ter em contextos muito específicos. Wittgenstein refere-se a este tipo de uso ocasional em diversas passagens de seus últimos escritos, cujo um dos exemplos é “Se eu digo ‘Isto é bonito e isto não é bonito’ (apontando para objetos diferentes), isso é uma contradição? E deve-se dizer que não é uma contradição, porque as duas palavras “isto” significam coisas diferentes? Não; ‘isto’ tem o *mesmo* significado em ambos os casos. ‘Hoje’ tem hoje o mesmo significado que tinha ontem; ‘aqui’ tem o mesmo significado aqui e ali (...). ‘Isto é bonito e isto não é bonito’ é uma contradição, mas ela tem um uso”. WITTGENSTEIN, L. *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Idéias e Letras, 2008, Vol. I, §37.

<sup>10</sup> WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. 3ª ed. Oxford: Blackwell, 2001. Parte II, seção X.

completamente seguro a respeito disso. Neste sentido, a sentença-MP “Está chovendo, mas não creio nisso” expressa a minha reserva ou insegurança a respeito do conteúdo informativo da sentença.

Desde um ponto de vista pragmático, contudo, é possível elencar outros usos significativos de sentenças-MP (através de uma teoria dos atos de fala e das implicaturas conversacionais, por exemplo). Basta observar que a manifestação de um juízo (o asserir), enquanto ato ou processo linguístico, nem sempre possui uma força assertórica, pois um mesmo enunciado pode ser usado, por exemplo, com força de interrogação. Neste último caso temos as expressões de incerteza, ou seja, as sentenças-MP são tomadas como que perguntas (ou sentenças não-declarativas). Segundo Wittgenstein, “há um forte elemento musical na linguagem verbal. (Um suspiro, a entonação da pergunta, do anúncio, do anseio, todos os inúmeros *gestos* da entonação)”<sup>11</sup>.

Analogamente ao que pensava Frege, seria possível distinguir o conteúdo informativo e a força das sentenças-MP. A força de uma sentença-MP indicaria o modo ou o objetivo para o qual a sentença é pronunciada. Em outras palavras, de um ponto de vista pragmático parece possível mostrar que a expressão de reserva ou incertezas depende de quais palavras são circunstanciadas no ato de fala:

- (i) Em um sentido, uma sentença-MP pode ser utilizada de modo a circunstanciar a palavra “creir” (como em “Eu CREIO que...”);
- (ii) Em outro sentido, uma sentença-MP pode ser utilizada de modo a circunstanciar o sujeito gramatical (como em “EU creio que...”).

Parece evidente que em situações nas quais o sujeito gramatical é circunstanciado há uma mudança de força relativamente considerável, ocasião em que a sentença-MP não parece expressar mais reserva ou incerteza a respeito do conteúdo informativo da suposta conjunção. Isso parece fomentar a tese de que uma análise correta das sentenças-MP não deve levar

---

<sup>11</sup> WITTGENSTEIN, L. *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008, Vol. 1, §888. Grifo meu.

em consideração apenas os seus aspectos formais e semânticos, mas, sobretudo, seus aspectos pragmáticos<sup>12</sup>.

Neves Filho parece estar correto ao enfatizar a posição defendida por Robert Moran (2001), cujo ingrediente principal é mostrar que as leituras puramente “assercionistas” das sentenças-MP também não parecem adequadas. É certo, no entanto, que Neves Filho está preocupado não apenas com o modo como são proferidas as sentenças-MP, mas também o que ocorre quando um sujeito “pensa” (ou crê) neste tipo de sentenças. Este tipo de preocupação é o que parece tornar sua posição um tanto quanto psicologista, pois ao que parece sua crítica às soluções propostas pelas teorias dos atos de fala e das implicaturas conversacionais está baseada na suposição de que estas não explicam o que há estranho na atividade psicológica de crer ou pensar nos moldes de uma sentença-MP<sup>13</sup>.

A recusa das propostas de solução puramente semânticas ao Paradoxo de Moore também se deve ao fato de que elas supostamente acabam por tornar o verbo “crer” equívoco no que diz respeito aos usos em primeira e terceira pessoa no presente do indicativo. Ou seja, em uma análise puramente semântica os usos do verbo “crer” em primeira pessoa são tomados como dizendo respeito a algo psicológico, enquanto que nas demais pessoas não. Sendo assim, os filósofos comprometidos com pressupostos fortemente descritivistas (o que em alguma medida parece ser o caso de Moran e Neves Filho<sup>14</sup>) tendem a considerar a desistência da univocidade do predicado “crer” como um preço injustificadamente alto a se pagar para a solução do Paradoxo de Moore<sup>15</sup>. Este compromisso tipicamente descritivista com a tese da “univocidade funcional”, contudo, é o ingrediente que frequentemente

---

<sup>12</sup> Todo ato de fala pressupõe uma força ilocucionária, um conteúdo proposicional e suas condições de sucesso (*felicity conditions*). Contudo, os filósofos costumam concordar que a “força ilocucionária” mostra-se como o ingrediente mais intimamente associado à interpretação das ações do falante, pois é o elemento que permite determinar com maior eficácia o conteúdo proposicional. Além disso, “circunstanciar” e “dar ênfase na entonação” são estruturas frequentemente tomadas como “paralingüísticas”. Ver: SEARLE, J. R. *Expression and Meaning*. Cambridge: University of Cambridge, 1979, p. 8.

<sup>13</sup> NEVES FILHO, E. *O Paradoxo de Moore: Uma Análise de Diferentes Soluções*. Pelotas: Editora EDUFPEL, 2012, p.27.

<sup>14</sup> NEVES FILHO, E. *Soluções Wittgensteinianas ao Paradoxo de Moore*. In: *Wittgenstein em Retrospectiva*. Florianópolis: Editora UFSC, 2012, p.121.

<sup>15</sup> BLOWER, N. *Expressivist Theories of First-Person Privilege*. Iowa: Iowa Research Online, 2010.

leva os filósofos a se comprometerem com a falácia descritivista sugerida por Austin<sup>16</sup>.

Ao endossar a posição defendida por Moran, negativa entretanto, a respeito das leituras expressivistas da solução wittgensteiniana ao Paradoxo de Moore, Neves Filho parece estar comprometido com a interpretação *standard* do pensamento do filósofo austríaco (difundida principalmente por Norman Malcolm), pois o diagnóstico “parece faltar um passo argumentativo que considere a possibilidade de hesitação em casos em que ela (a sentença-MP) diga respeito à pessoa que realiza o juízo”<sup>17</sup> parece receber um tratamento adequado a partir da perspectiva expressivista “abrangente” de Wittgenstein. Com o objetivo de explicitar este ponto, vou explorar agora o modo como Wittgenstein parece compreender algumas características da dicotomia descrição-expressão.

### A Dicotomia Descrição-Expressão

Uma das mais famosas passagens da obra de Wittgenstein a respeito da dicotomia descrição-expressão é aquela em que se compara “um grito de medo” com uma declaração em primeira pessoa no presente do indicativo tal como “Estou com medo”. Essa importante passagem das *Investigações Filosóficas* é a responsável, segundo David Macarthur<sup>18</sup>, por levar diversos comentadores influentes a considerar o filósofo austríaco como um expressivista nos moldes tradicionais. O erro destes comentadores é, como veremos, não levar em consideração o fato de que o expressivismo tradicional acaba por endossar alguns dos pressupostos de seu principal oponente, o descritivismo. Além disso, na segunda parte das *Investigações Filosóficas*, o filósofo austríaco defende explicitamente a ampla variedade de usos dos

---

<sup>16</sup> A falácia descritivista é a visão de que o único propósito de fazer uma asserção é descrever estados de coisas. Ver: SHANKER, S.G. *Philosophy in Britain Today*. New York: State University of New York Press, 1986.

<sup>17</sup> Ver: NEVES FILHO, E. *Soluções Wittgensteinianas ao Paradoxo de Moore*. In: Wittgenstein em Retrospectiva. Florianópolis: Editora UFSC, 2012, p. 122.

<sup>18</sup> Ver: MACARTHUR, D. *Wittgenstein and Expressivism*. In: Daniel Whiting (Eds). *The Later Wittgenstein on Language*. Londres: Palgrave, 2009.

termos psicológicos nos jogos de linguagem<sup>19</sup>, algo que tanto os expressivistas como os descritivistas estariam pouco dispostos a endossar<sup>20</sup>.

O expressivismo tradicional costuma defender que algumas sentenças que superficialmente parecem *descrições* são, na verdade, *expressões*. As expressões possuem duas características fundamentais: (i) as sentenças-alvo são carentes de valores de verdade e (ii) as sentenças-alvo expressam, mas não descrevem, estados ou processos mentais<sup>21</sup>. Tendo como pano de fundo os parágrafos anteriores, parece fácil perceber que as observações de Wittgenstein estão relativamente próximas do expressivismo tradicional. David Macarthur, contudo, chama a atenção para o fato de que Wittgenstein não *identifica* a sentença “Estou com medo” com um grito de medo, mas, antes, ele *compara* a descrição do estado mental com um grito de medo. A sugestão é a de que algumas vezes este tipo de “ato de fala” está mais próximo de um grito (uma expressão) e em outras vezes ele (o ato) está mais distante de um grito (uma descrição)<sup>22</sup>.

Se eu relato “Fiquei com medo de sua vinda o dia todo” – eu ainda poderia entrar em detalhes: Logo quando acordei, eu pensei... Em seguida refleti... Eu sempre ficava olhando pela janela, etc. Poderíamos chamar isto de um relato sobre o medo. Mas, se naquele momento eu falasse para alguém “Estou com medo...” – isso seria como que um gemido de medo ou uma consideração sobre meu estado? – Poderia ser tanto um quanto o outro: Pode ser simplesmente um gemido de medo; pode também ser, no entanto, que eu queira relatar ao outro como passei o dia. Se agora eu lhe dissesse: “Passei o dia todo com medo (aqui talvez se sigam detalhes) e mesmo agora ainda estou angustiado” – o que devemos dizer sobre esta mistura de *descrição* e *expressão*? – O que devemos dizer, senão que temos aqui, à nossa frente, o uso da palavra “medo”?<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> “Podemos representar-nos coisas muito diferentes, por exemplo: ‘Não, não! Tenho medo!’; ‘Tenho medo. Infelizmente devo confessá-lo’; ‘Tenho medo um pouco ainda, mas não tanto como antes’; (...)”. WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 2001, Parte II, IX.

<sup>20</sup> O expressivista endossa a tese descritivista da univocidade dos termos psicológicos.

<sup>21</sup> MACARTHUR, D. *Wittgenstein and Expressivism*. In: Daniel Whiting (Eds). *The Later Wittgenstein on Language*. Londres: Palgrave, 2009, p. 5.

<sup>22</sup> Ver: WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 2001, §189.

<sup>23</sup> WITTGENSTEIN, L. *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008, Vol. I, §888 [Grifos meus]. Na tradução brasileira deste livro encontramos as palavras “relatos” e “manifestações” ao invés de “descrições” e “expressões”, acreditamos que um modo de tornar a distinção ainda mais clara (para os atuais propósitos) consiste em substituir “relatos” por “descrições” e “manifestações” por “expressões”.



A ideia geral parece ser a seguinte: ao invés de assumir a dicotomia tradicional descrição-expressão, onde “ser uma descrição” exclui naturalmente o “ser uma expressão”, Wittgenstein teria procurado mostrar (já no segundo volume das *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*) que o erro está em tentar impor limites gramaticais cristalinos a cada uma dessas expressões. Segundo Macarthur, o modo correto de pensar o tratamento wittgensteiniano dos termos psicológicos é através de uma linha que vai de uma resposta espontânea a determinada situação (um grito de medo) até a resposta altamente especializada que pode ser avaliada em termos de valores de verdade (uma sentença como “Estou com medo”).

Isso sugere que alguns usos de sentenças com verbos psicológicos em primeira pessoa no presente do indicativo às vezes funcionam como expressões e às vezes funcionam como descrições. É muito provável que todos concordem que um grito de terror no meio da noite não é uma descrição de um estado mental, mas, sim, um comportamento espontâneo cujo objetivo é expressar o sentimento de medo. Todavia, parece ser mais difícil encontrar consenso a respeito dos usos equívocos de uma sentença tal como “Estou com medo”, por exemplo. O que corrobora a posição exegética de Macarthur é justamente a ideia de que a sentença “Estou com medo” nem sempre funciona como uma descrição, ou seja, em algumas ocasiões de uso ela possui um conteúdo capaz de ser avaliado em termos de verdade ou falsidade e, portanto, ela pode funcionar como uma descrição do estado mental de alguém.

O erro consiste em não perceber que em alguns casos a sentença “Estou com medo” é utilizada como uma descrição de um estado mental e, que, por isso, somos tentados a supor que ela é utilizada sempre como uma descrição. Quando nos deixamos enganar pela gramática superficial dos termos psicológicos estamos sujeitos a endossar, portanto, a falácia descritivista (o erro de pensar que o termo “descrição” possui um uso uniforme). Segundo Wittgenstein, quando utilizo a sentença “Estou com medo” posso estar simplesmente expressando meu medo através de uma forma linguística de comportamento, a qual pode ser avaliada em termos de verdade ou falsidade. Mas também posso expressar meu medo através de algo semelhante a um “Ai!”, o que não pode ser avaliado em termos de verdade ou falsidade.

O objetivo de Macarthur, portanto, é mostrar que Wittgenstein concebe a transmissão intersubjetiva de estados mentais de ambos os modos,

expressivamente e descritivamente. É possível dizer que alguém descreve seus estados mentais quando a descrição envolve um processo de reflexão ou auto-observação. Este tipo de uso do termo “descrição” é algo que eventualmente fazemos e, quando eu faço isso, pode-se dizer verdadeiramente que faço uma descrição de meus estados mentais. Mas, em casos normais, onde uso uma sentença como “Estou com dor” sem qualquer processo de reflexão ou auto-observação, estou expressando meus estados mentais e, portanto, não se trata aqui de uma descrição genuína<sup>24</sup>. Em outros termos, os relatos de meus estados mentais possuem uma dimensão assertórica e uma dimensão expressiva. No lado mais distante do grito (a dimensão assertórica), é possível mostrar que certas expressões de estados mentais funcionam como descrições.

O exemplo de Macarthur é o seguinte: Suponha que John faça parte de um grupo de alpinistas e que em determinado momento (com a proximidade do trecho mais perigoso da escalada) o líder (preocupado com a segurança do grupo) pergunte “Como vocês estão se sentindo?”. Neste caso, se John responde “Estou com medo”, então a expressão de seu estado mental funciona como uma descrição, pois a ideia é comunicar ao líder como ele está se sentindo com a proximidade do trecho mais perigoso da escalada. Isto é, neste exemplo a resposta de John está mais distante do grito de medo. Existe aqui o que Wittgenstein chamou de a “diferença de propósito” entre a expressão do medo “Estou com medo!” e a descrição do medo “Estou com medo”<sup>25</sup>.

Macarthur está convencido de que este emprego de “Estou com medo” também funciona como uma expressão, na medida em que John descreve ou reporta ao líder o seu próprio estado mental. Contudo, ele passa a defender a ideia de que Wittgenstein está utilizando uma noção de expressão muito mais abrangente, isto é, as categorias de expressão e descrição não são auto-excludentes. O problema de considerar a posição de Wittgenstein como expressivista é que esse tipo de expressivismo não se encaixa na visão tradicional daquilo que chamamos de expressivismo – o expressivista tradicional sequer estaria disposto a endossar este tipo de abordagem abrangente.

---

<sup>24</sup> Ver: CHILD, W. *Wittgenstein*. Porto Alegre: Artmed, 2013, p.178.

<sup>25</sup> WITTGENSTEIN, L. *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008, Vol. II, §735.

De um ponto de vista estritamente wittgensteiniano, o expressivista estaria correto ao considerar que a superfície gramatical de declarações do tipo “Estou com medo” tendem a nos levar ao erro de pensar que elas sempre funcionam como uma descrição. Todavia, o erro do expressivista é assumir que este tipo de declaração *nunca* funciona como uma descrição<sup>26</sup>. Ao fazer isso, o expressivista acaba por negligenciar a gramática profunda dos termos psicológicos e, portanto, tende a perder de vista a ampla variedade dos usos que determinam o significado de certas expressões. De acordo com Macarthur, o expressivista parece assumir o dogma de que “poder ter um valor de verdade é equivalente a ser uma descrição, de tal modo que perder a funcionalidade descritiva significa perder a possibilidade de ter um valor de verdade”.

A posição de Wittgenstein é, portanto, ligeiramente distinta da posição expressivista tradicional, pois (1) assume que a dicotomia descrição-expressão é inadequada e (2) assume que um estado mental pode ser descrito (mesmo que em contextos muito particulares)<sup>27</sup>. É óbvio que supor que a expressão de estados mentais funciona sempre do mesmo modo (assim como funcionam as expressões isentas de valor de verdade tais como “Ai”, “Aargh!”, etc.) é ignorar as diferenças lógicas e gramaticais entre elas e os casos limites (não-declarativos) como o grito de medo, por exemplo. Portanto, Wittgenstein não pode ser considerado como um expressivista tradicional, pois apesar de reconhecer a dimensão expressiva de sentenças a respeito de estados mentais, os expressivistas tradicionais não reconhecem a dimensão assertórica das expressões e ignoram o emprego descritivo dos estados mentais. Os expressivistas tomam como uma diferença de tipo o que na verdade é *apenas* uma diferença de grau<sup>28</sup>.

Para concluir, convém enfatizar o fato de que existe uma ampla variedade, aberta e indeterminada, daquilo que podemos chamar de uma “descrição”. Wittgenstein oferece diversos exemplos do que pode contar como uma descrição, dentre eles sentenças do tipo “Agora tenho menos medo dele do que antes”. Se certo conjunto de palavras funciona como uma descrição, essa é uma questão de circunstâncias de usos e não meramente

---

<sup>26</sup> Quando enuncio a sentença “Estou com dor” posso estar fazendo um relato cuidadosamente deliberado ao meu médico sobre o tipo de enfermidade que estou acometido, por exemplo.

<sup>27</sup> Ver: WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 2001, §188.

<sup>28</sup> WITTGENSTEIN, L. *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008, Vol. II, §727.

uma questão de forma ou conteúdo sentencial. O que torna o tratamento wittgensteiniano dos termos psicológicos muito atraente para o expressivista tradicional parece ser justamente a investigação das muitas e variadas funções descritivas e não-descritivas que são fornecidas pelo uso da linguagem.

Ao avaliar a solução expressivista oferecida por Malcolm ao Paradoxo de Moore, Neves Filho procurou mostrar que o erro deste tipo de estratégia consiste precisamente em não perceber que certos usos das palavras “Eu creio” podem eventualmente funcionar como descrições de estados mentais. O erro do expressivismo, segundo Neves Filho, é justamente endossar a tese de que a manifestação de um estado interno jamais pode funcionar como uma descrição deste estado. De acordo com as observações anteriores, podemos inferir que Neves Filho está, portanto, recusando tão somente a forma tradicional de expressivismo. Parece evidente, também, que a adoção da perspectiva wittgensteiniana, centrada nos diferentes usos dos verbos psicológicos, além de não se comprometer com a falácia descritivista, pode responder facilmente à questão levantada por Moran<sup>29</sup> sobre a diferença funcional do verbo crer em primeira e terceira pessoa.

#### Considerações e repostas à análise de partes de meu livro, por Juliano Santos do Carmo

O professor Juliano Santos do Carmo faz, acima, uma série de boas observações, gerais e específicas, sobre o conteúdo do meu livro “O Paradoxo de Moore: uma análise de diferentes soluções”, publicado pela editora da UFPel em 2011. Suas considerações me forçam a elucidar alguns dos pontos da referida pesquisa, de modo a tentar explicar a razão de algumas decisões que tomei no momento de criticar algumas ‘soluções’ ao Paradoxo de Moore, bem como defender uma delas.

Assim, na primeira parte da resposta, comento algumas de suas impressões sobre meu livro contidas na primeira seção desse artigo, a saber, denominada por Do Carmo ‘O Paradoxo de Moore’. Na segunda parte de minha resposta, concentro-me nas possíveis consequências que a dicotomia descrição-expressão, em meu trabalho, poderia trazer em relação a certas

---

<sup>29</sup> MORAN, R. *Authority and estrangement: an essay on self-knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 72.

interpretações de passagens nas quais Wittgenstein inspira soluções ao Paradoxo de Moore.

Para começar, quero salientar que *não* considero o chamado Paradoxo de Moore (PM)<sup>30</sup> um desafio teórico, se desafio teórico representar uma espécie de ‘teste’ à imaginação dos filósofos – e creio que, partindo de certa leitura de Wittgenstein, esse nem poderia ser o caso. Explicar ou dissolver o problema é, a meu ver, e como já disse em diferentes trabalhos (inclusive no livro que gera este debate), tentar livrar a pesquisa filosófica, de diferentes áreas da Filosofia, de, por analogia, um perigoso ‘vírus de computador’. Se for um desafio teórico solucionar/dissolver o PM, este desafio teórico consiste especificamente nisso: garantir que o ‘vírus’ não venha a se instalar nem mesmo danificar definições, compreensões e determinados conceitos caros à discussão filosófica, particularmente à Filosofia de natureza analítica.

Um exemplo claro é: como compreender o que pode significar uma *asserção*? E, mais: como a asserção de uma determinada proposição do tipo Moore-paradoxal constitui um absurdo que compromete a própria definição de asserção?! Explicar a absurdidade (o que há de estranho com aquelas conjunções) e o aspecto paradoxal<sup>31</sup> daquelas conjunções apresentadas por Do Carmo, acima, pressupõe, e assim discuti em meu livro, diferentes pressupostos atribuídos às asserções, variando, em maior e menor grau, certos compromissos assumidos pelas diferentes ‘correntes’ de explicação ao problema. Certamente, a compreensão do conceito de asserção varia em tentativas de solução *a la* Moore e *a la* Wittgenstein, como procurei mostrar nos quatro primeiros capítulos de meu livro ‘O Paradoxo de Moore: uma análise de diferentes soluções’, sobretudo, mas também no último, e essa variação é, de algum modo, decorrência do próprio ‘vírus PM’.

Uma segunda questão que gostaria de comentar é a afirmação de Do Carmo de que há contextos em que proposições Moore-paradoxais são perfeitamente significativas. Minha resposta é: *não* há cenários em que *certa classe de proposições* possa ser considerada perfeitamente significativa, nem

---

<sup>30</sup> Há disputas acerca de se o problema realmente pode enquadrar-se como ‘paradoxo’. Para maiores esclarecimentos sobre o tema, veja meu livro, “O Paradoxo de Moore: uma análise de diferentes soluções”, disponível em <http://nepfil.ufpel.edu.br/dissertatio/acervo/1-moore.pdf>, páginas 23-25.

<sup>31</sup> Por que são exclusivas em proposições em que o verbo *crer* aparece conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo, e não aparecem quando o verbo *crer* é conjugado no passado e no futuro, por exemplo.

com interpretação caridosa (e, deste modo, sem a trivialização do problema). Não, se considerarmos que estamos diante de uma conjunção. É claro, se a proposição é desmembrada, não há paradoxo. Por exemplo, “Meu gato está na árvore. Eu não acredito” – aqui, é verdade, tal como nas conjunções problemáticas que caracterizam o PM, os ‘conteúdos’ das proposições são diferentes: no primeiro caso, como concorda Do Carmo, a proposição diz respeito ao mundo, no outro, ‘diz algo sobre meus próprios estados mentais’; contudo, por estarem dispostas em diferentes momentos, não indicam nenhum ‘conflito’ aparentemente a ser superado (aqui, há uma ênfase, na segunda proposição, na qual destaco as peripécias do meu animal de estimação – o que é perfeitamente compreensível). Quando as mesmas proposições estão ordenadas em conjunção, há paradoxo: “Meu gato está na árvore e não acredito”, isto é, quando a pergunta sobre o que há de absurdo com essas classes de proposições vem novamente à tona.

Do Carmo cita, como exemplo a possibilidade de significatividade (ocasional) de proposições Moore-paradoxais, em certos contextos, a proposição ‘Está chovendo, mas não creio’, na qual, como comentadores do problema que partem das observações de Wittgenstein ao PM contidas na Seção X das *Investigações Filosóficas* costumam inferir, declaro certa hesitação ou posso atribuir ênfase ao fato de estar chovendo. Mas é importante notar que essa ‘leitura’ (caridosa) tem lá seus efeitos: aplica-se, nela, a pressuposição de hesitação à *segunda metade* da conjunção (‘Não acredito que esteja chovendo’), tão somente, não à proposição toda, de modo a gerar ‘oficialmente’ uma contradição, digamos, ‘disfarçada’, e assim eliminá-la do discurso significativo como eliminamos as contradições formais (como Wittgenstein supostamente asseveraria a Moore em carta reproduzida por SCHULTE). Veja que nesses casos, ainda que possamos admiti-los em usos aparentemente ocasionais, explicamos o que há de absurdo com determinadas proposições, em certos contextos, reduzindo-as a proposições autocontraditórias<sup>32</sup>. No entanto, deveríamos poder mostrar, então, que sempre uma asserção de ‘eu creio que *p*’ equivale à pura e simples asserção de ‘*p*’ – não é difícil pensar em situações em que a equivalência não seria oportuna<sup>33</sup> e mesmo seria impossível.

<sup>32</sup> E, desse modo, teríamos outra compreensão (unívoca?) para o significado de asserções do verbo *crer* em primeira pessoa.

<sup>33</sup> Veja meu livro, citado antes, páginas 137-8.

Ainda que façamos a concessão de que há cenários em que proposições Moore-paradoxais possam ser, ocasionalmente, significativas, ou, como procurei destacar acima, equivalentes ou redutíveis, de certo modo, a contradições formais, o problema permanece intacto: por que, em outros tantos contextos, elas nos parecem absurdas e o mesmo ‘processo’ que nos permitiria reduzi-las a contradições não pode ser realizado? E novamente temos de procurar uma boa resposta à questão.

O mesmo raciocínio se aplica à atribuição de uma razão para “elencar outros usos significativos de proposições-MP” de um “ponto de vista pragmático”, como enfatiza Do Carmo. O que nos interessa, particularmente, são aqueles casos em que um uso determinado nos causa a impressão de absurdidade e no qual possamos encontrar presente seu aspecto paradoxal preponderante. Por seu turno, considerando os casos-problemas, se uma solução ao PM vier de determinadas teorias de atos de fala que, para cumprir a tarefa, manifestamente assumem pressupostos demasiado controversos como, por exemplo, sugerir que uma solução ao PM deva assegurar uma estrutura intencional da asserção, então *it is a dead end* (ou, de igual forma, se a perspectiva é mudada e passamos do ponto de vista de quem realiza a asserção para o ponto de vista da audiência, outras pressuposições acabam por ruir a oferta, como a pressuposição da sinceridade de falantes em atos de fala<sup>34</sup>). Procurei destacar em vários trabalhos, sobretudo no segundo capítulo de meu livro, que soluções exclusivamente *assercionistas*, fundadas em teorias de atos de fala, pois, pecam por assumir determinadas generalidades performativas de falantes que sempre deixam o flanco aberto a contraexemplos. E, com (apenas) isso, uma solução ao PM fica distante.

Mais ainda: independente da ênfase que se dê a um proferimento de sentença Moore-paradoxal, se nós pensarmos que a ênfase se dá sobre toda a conjunção, ela permanece sendo uma conjunção problemática. Portanto, não vejo que a força de uma sentença (Moore-paradoxal, no caso), como destaca Do Carmo lembrando Frege, possa torná-la significativa dependendo do “modo ou objetivo para o qual a sentença é pronunciada”. A audiência raramente está em posição de determinar a intenção de um falante que asseire uma sentença Moore-paradoxal, tampouco são tão claras são as ‘compreensões’ de determinadas ênfases ou expressões de incertezas em atos

---

<sup>34</sup> Veja meu artigo "O paradoxo de Moore, a crítica à condição da sinceridade e uma dissolução moraniana". In: *Revista Ethica*, UFSC, v.9, n3 (2010), p. 37-53.

de fala. Por outro lado, alguém que venha a asserir ‘chove e não chove’ não será considerado irracional se caridosamente interpretarmos que quis dizer que o tempo não está bom, nem chove forte, mas apenas está garoando. Como mencionei em meu livro, muitas vezes contradições são interpretadas como fragmentos de discurso não-literal, em certos contextos. Isso, por sua vez, não invalida a prerrogativa de que, em outros contextos, o senso comum não deva eliminar contradições do discurso significativo (assim como proposições Moore-paradoxais!).

Destaco que venho defendendo (assim como o fazem alguns comentadores do problema, diferindo entre si em determinados aspectos) que uma solução ao PM deve responder minimamente a uma *desiderata* de condições de análise. Entre elas, aquela que denomino *Condição B* (ou Condição da Crença): uma solução ao PM tem que esclarecer o uso do verbo epistêmico crer na primeira pessoa do indicativo, de modo que se tenha uma explicação tanto para aquilo que se considera uma crença absurda em uma proposição Moore-paradoxal, quanto à absurdidade das respectivas asserções. Esta condição associada à solução que venho defendendo desde 2008, baseada nos apontamentos de Richard Moran sobre o PM, tem recebido o rótulo de solução psicologista. Gostaria de responder essa objeção lembrando a solução ao PM que defendo.

Diagnosticar o *desacordo* em sentenças Moore-paradoxais é apontar para um caso em que uma pessoa tem sua racionalidade comprometida por não respeitar a *condição da transparência*, ou seja, que, ao ‘declarar’ (to avow) uma determinada proposição, deve estar comprometida com a verdade daquilo que asseriu. No caso de declarações de proposições Moore-paradoxais, essa pessoa não respeita a condição da transparência, pois sua crença não se encontra assentada, ele não tem garantias para sustentar, por exemplo, que crê que está chovendo (em primeira pessoa), pois parece ser possível, para ele, a crença de que não está chovendo ou de que não é o caso que acredita que está chovendo (ambas em terceira pessoa): “e, é claro, se *não* fosse um agente racional, não haveria vida psicológica para ter perspectivas empíricas sobre [isso] no primeiro caso” (MORAN, 2001, p. 84). Para Moran, e assim compreendo também, proposições Moore-paradoxais exemplificam situações de *akrasia epistêmica*, um estado de dissociação, revelando um choque de acessos que uma pessoa pode ter em relação às suas crenças, um deles ‘genuíno’ (em primeira pessoa), quando podemos declarar a crença (obedecendo a condição da transparência), e outro em que ‘desconfio’



daquilo que declarei (em terceira pessoa), quando pareço querer fazer o que é natural fazer quando suponho algo sobre as crenças realmente de uma terceira pessoa<sup>35</sup>.

Naturalmente, a acusação de ‘solução psicologista’ pode ser descartada. Se, com o adjetivo ‘psicologista’ pretende-se chamar a atenção a qualquer tentativa de fazer valer métodos introspectivos para dar cabo de uma solução adequada ao PM, então minha resposta é *não*, a solução via Moran, que adoto, não é psicologista. Não há, em Moran, nem eu mesmo defendendo algo parecido, algo que possa valer como “introspecção”, nenhum “regramento” de nossa vida mental via quaisquer princípios doxásticos e epistêmicos que se possa imaginar (inclusive, são estes tipos de solução que apelam a regramentos para a vida mental que combati fortemente no terceiro capítulo de meu livro). No entanto, uma questão terá, de algum modo, de ser respondida: por que podemos relatar a vida psicológica de outras pessoas e não podemos fazê-lo em relação a nós mesmos? Do Carmo faz excelente referência a essa possibilidade no pensamento de Wittgenstein, de certo modo, o que aparentemente Moran também o faz, de modo diferente. A funcionalidade do verbo *crer*, quando conjugado em primeira e terceira pessoas, admite *usos* peculiares quando a distinção aplica-se exclusivamente na perspectiva de primeira pessoa, e é essa peculiaridade que Moran chama a atenção com o exemplo da *akrasía* epistêmica. Há uma opacidade na perspectiva de primeira pessoa, não restam dúvidas, mas justamente é essa opacidade que caracteriza a única possibilidade de que, em certos usos, haja uma descrição, um relato de nossa vida mental, ainda que essa possibilidade apenas nos permita dizer que temos vida mental, e não muito dizer mais do que isso.

É importante lembrar que há um ‘regramento’ para uma (genuína) declaração em primeira pessoa, e ele é público e é linguístico, justamente por serem as declarações em primeira pessoa conformes a condição da transparência: as pessoas compreendem que, quando um falante assere, ele está comprometido com a verdade da proposição correspondente. Desse modo, não há a pressuposição de nenhum domínio privado, se privado quer dizer aqui “que só eu tenho acesso” e que está esse mundo privado na base da

---

<sup>35</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a solução que defendo, e também sobre como respondo as condições de análise ao problema elencadas, veja o quinto capítulo de meu livro.

significação. Em termos de significação, nossa “vida mental” é pouco relevante.

No entanto, o que temos de chamar a atenção é que a solução wittgensteiniana a *la Moran* admite – e Moran pensa que Wittgenstein realmente admitiu também –, que, apesar de não ser regradada, simplesmente nossa “vida mental” existe. Casos de *akrasia epistêmica*, e o PM é um desses casos, mostram-nos situações em que não estamos aptos a *pensar*, muito menos a *declarar* nosso compromisso com a verdade de uma dada proposição. Não há transparência, ou luminosidade, como concebe Besunsan, não podemos organizar o que se passa “na mente” e, em consequência, organizar transparentemente nossos proferimentos de primeira pessoa. Não resta dúvida, entretanto, que situações *akráticas* parecem mostrar que temos acesso de primeira pessoa às nossas crenças, apesar de isso não se constituir em nenhuma forma de privilégio.

Desse modo, penso que combato, como Do Carmo salienta, um *forte* expressivismo, tão somente. É claro que, se proposições podem ser expressões, elas são expressões de alguma coisa, muito embora não possamos dizer muito mais a respeito. E justamente o Paradoxo de Moore nos permite compreender um pouco melhor essa opacidade que caracteriza os nossos acessos de primeira pessoa.

## Referências

- BESUNSAN, H. “O pensamento sem luz própria (paradoxo de Moore e antiluminosidade)”. In: SMITH, P. J.; SILVA FILHO, W. *Ensaios sobre o ceticismo*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007.
- BESUNSAN, H.; PINEDO, M. “When my own beliefs are not first-personal enough”. In: *Theoria*, n.º 58, p. 35-41, 2007.
- BLOWER, N. S. *Expressivist Theories of First-Person Privilege*. Iowa: Iowa Research Online, 2010.
- CHILD, W. *Wittgenstein*. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- GLOCK, H. J. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução de Helena Martins. Revisão de Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- GREEN, M.; WILLIAMS, J. (Comp.). *Moore’s paradox: new essays on belief, rationality, and the first person*. New York: Oxford University Press, 2007.
- HEAL, J. “Moore’s paradox: a wittgensteinian approach”. In: *Mind*, n.º 103, p. 5-24, 1994.

- KALLESTRUP, J. "Paradoxes about Belief". In: *Australasian Journal of Philosophy*, 2003, vol. 81, n.º. 1.
- LINVILLE, K.; RING, M. "Moore's paradox revisited". In: *Synthese*, n.º. 87, p. 295-309, 1991.
- LINVILLE, K. "Wittgenstein on "Moore's Paradox"". In: LUCKHARDT, C. G. *Wittgensteinir: sources and perspectives*. Bristol: Thoemmes Press, 1996.
- MACARTHUR, D. "Wittgenstein and Expressivism". In: Daniel Whiting (Eds.). *The Later Wittgenstein on Language*. Londres: Palgrave, 2009.
- MALCOLM, N. "Disentangling Moore's paradox". In: *Wittgensteinian themes: essays, 1978-1989*, ed. by G. H. von Wright). London: Cornell University Press, 1995.
- MOORE, G. E. "Reply to my critics". In: SCHILPP, P. (Ed.). *The philosophy of G. E. Moore*, La Salle, Ill.: Open Curt, 1942.
- \_\_\_\_\_. "Russell's "Theory of Descriptions"". In: SCHILPP, P. (Ed.). *The philosophy of Bertrand Russell*. La Salle, Ill.: Open Curt, 1944.
- \_\_\_\_\_. "Moore's paradox". In: BALDWIN, T. (Ed.). *G. E. Moore: select writings*). New York: Routledge, p. 207-212, 1993.
- MORAN, R. *Authority and estrangement: an essay on self-knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Self-knowledge, discovery, resolution, and undoing". In: *European Journal of Philosophy*, n.º. 5, p. 141-61, 1997.
- NEVES FILHO, E. F. das. "O paradoxo de Moore é apenas um caso de asserção absurda?". In: *Grifos*, Chapecó (SC), n.º. 8, p. 73-96, 1999.
- \_\_\_\_\_. "O paradoxo de Moore: a aproximação wittgensteiniana". In: *Grifos*, Chapecó (SC), n.º. 12, p. 69-77, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Uma solução moraniana ao paradoxo de Moore". In: *Dissertatio*, Pelotas (RS), n.º. 30, p. 197-247, 2009.
- \_\_\_\_\_. "O paradoxo de Moore, a crítica à condição da sinceridade e uma dissolução moraniana". In: *Revista Ethica*, UFSC, v.9, n.º. 3 (2010), p. 37-53.
- \_\_\_\_\_. *O paradoxo de Moore: uma análise de diferentes soluções*. Coleção Dissertatio. Pelotas: Editora da UFPel, 2011.
- RÖSKA-HARDY, L. *Moore's Paradox and The Expression of Belief*. Paderborn: Mentis, 2001.
- SHANKER, S. G. *Philosophy in Britain Today*. New York: State University of New York Press, 1986.
- SEARLE, J. R. *Expression and Meaning*. Cambridge: University of Cambridge, 1979.

- SCHULTE, J. *Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. New York: Oxford University Press, 1995.
- SORENSEN, R. A. *Blindspots*. Oxford: Editora; New York: Oxford University Press, 1988, p. 1-456.
- WILLIAMS, J. N. "Moore's paradox: one or two". In: *Analysis*, n°. 39, v. 3, p. 141-142, 1979.
- \_\_\_\_\_. "The absurdities of Moore's paradoxes". In: *Theoria*, n°. 48, v. 1, p. 38-46, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Believing the self-contradictory". In: *American Philosophical Quarterly*, n°. 19, v. 3, p. 279-285, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Moorean absurdity and the intentional 'structure' of assertion". In: *Analysis*, 54, p. 160-166, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Moorean absurdities and the nature of assertion". In: *Australasian Journal of Philosophy*, 74, n°. 1, p. 135-149, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Wittgensteinian accounts of Moorean absurdity". In: *Philosophical Studies*, n°. 92, p. 283-306, 1998.
- \_\_\_\_\_. Moore's paradox and Evans's principle. In: GREEN, M.; WILLIAMS, J. (Comp.). *Moore's paradox: new essays on belief, rationality and the first person*. New York: Oxford University Press, 2007.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. 3. ed. Oxford: Blackwell, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Remarks on the philosophy of psychology*. v. I. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Letters to Russell, Keynes and Moore*. Edit. By G. H. von Wright. Oxford: Blackwell, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Ultimos escritos sobre filosofia de la psicologia*. Estudios preliminares para la parte II de Investigaciones Filosóficas. Edición preparada por G. H. VON WRIGHT y HEIKKI NYMAN. Traducción de Edmundo Fernandez, Encarna Hidalgo y Pedro Mantas. Madrid: Tecnos S. A., 1987.

Email: juliano.ufpel@gmail.com  
eduardofnfilho@yahoo.com.br

RECEBIDO: Dezembro/2013  
APROVADO: Dezembro/2013